

* LABR 1993

Bons augúrios

O GLOBO

J. O. KNAACK DE SOUZA

A economia brasileira tem vivido aos sobressaltos causados pelas idas e vindas da política econômica. Faz pouco mais de dois anos ficou aturdida pelo abalo sísmico causado pelo vulcão de incompetência do Plano Collor I. Depois, os aprendizes de feiticeiro redescobriram uma nova maneira de trazer desassossego para o homem de empresa e a sociedade em geral: ameaçá-los com mais medidas heterodoxas que as experiências, recente e antiga, cansaram de demonstrar que não funcionam, só servem para tumultuar a vida econômica. O resultado é um só: falta de investimentos, que é o essencial para o desenvolvimento econômico, porque ninguém vai investir sob um clima de total intranquilidade, sem saber o que pode acontecer no dia seguinte.

Alguns economistas que ascendem ao poder precisam levar o Brasil a sério. Este país não pode mais servir de laboratório para experiências sobre o que não se aprende na universidade, por mais famosa ou conceituada, ou seja: lidar com os fatos da vida e, muito mais, vivência empresarial. Continuando nessa linha vão terminar incendiando o próprio laboratório. A culpa, porém, é menos deles e mais de quem os coloca no poder. Se pecado têm é, em geral, um único: falta de humildade. Como os bons livros em que estudaram e os excelentes professores que tiveram lhes mostraram que todo problema econômico tem explicação, admitem que se conseguem elucidar um fenômeno podem também dominá-lo. Esquecem um detalhe aparentemente insignificante, porém vital: explicação não é sinônimo de solução.

As duas mais antigas e experientes organizações do mundo são: a força armada e a Igreja. E nelas, ninguém, por mais genial que seja, termina a escola de cadetes como general ou o seminário como cardeal. Luis de Camões sintetizou esse ensinamento no

seguinte verso: "A disciplina militar prestante/ Não se aprende, senhor, na fantasia,/ Sonhando, imaginando ou estudando,/ Senão vendo, tratando e pelejando."

Isso não quer dizer que esses novos doutores não sejam aproveitáveis. Nada disso. São indispensáveis, mas nos níveis de competência e experiência que lhes permita lidar com o enredado formado pelos fatos da vida econômica. Exigir-lhes mais do que podem dar, como foi feito no passado, é fazer o país pagar caro por erros clamorosos cometidos com a melhor das boas intenções.

A nova administração econômica, pela constituição de seus quadros, está demonstrando que está consciente desse tipo de problema e, mais do que isso, indicando que quer passar imediatamente, como dizia aquele prefeito da novela, "dos entretanto para os finalmente", e isso é muito bom.

É muito importante a declaração que nenhum plano econômico do Governo inclui o confisco ou sequestro dos ativos financeiros e, de maneira clara, que a caderneta de poupança, por via de consequência, é intocável. Entretanto, a grave e profunda seqüela deixada pelo primeiro Plano Collor aconselharia que se adotasse a sugestão apresentada pelo professor Mário Henrique Simonsen da adoção de um dispositivo legal que proibisse essas violências. Simonsen sugere uma emenda constitucional como o melhor caminho. Mas como esse melhor é necessariamente demorado, por que não utilizar a alternativa boa que seria a edição de uma medida provisória vedando de maneira definitiva aqueles confiscos e sequestros? Isso, com certeza, viria trazer à sociedade aquela total tranquilidade. Mas nem pensar em encomendar a um grupo de economistas a redação da medida provisória. O caminho seguro é solicitar a contribuição do dr. advogado-geral da União que apresentará, como de hábito, uma proposta de medida provisória, "clarita, clarita".

É confortadora a reiteração de ênfase no combate à inflação que, com muita razão, o presidente Itamar Franco considera como o grande mal que assola a economia brasileira. Todavia, enquanto não for bloqueado o enzima que é a correção monetária, a inflação continuará sendo indomável. Neste mesmo espaço do GLOBO, na edição de 3 de fevereiro, foi apresentada uma sugestão para esse bloqueio e que, certamente, poderá levar a taxa mensal de inflação a um nível na vizinhança de 1%. Nível que interessa, que é aquele que indica o valor real dos salários e de todo e qualquer ativo financeiro. A lógica da proposta é muito simples. Bloquear aquele enzima por absorção. E o que é bloqueio da correção monetária por absorção? É transformar o fator de correção monetária em moeda, na qual serão expressos obrigatoriamente os salários e, opcionalmente, os preços e as transações econômicas. Fica desta maneira a economia com duas moedas: o cruzeiro corrente e o fator absorvido que merece ser batizado. E por isso que naquele artigo de 3 de fevereiro foi sugerido o cruzeiro-ouro, unidade monetária que o Brasil possui desde os anos 30 e que, como qualquer outro fator que se eleja, inexistente fisicamente, e isto é uma grande qualidade, pois assim não se pode emití-lo. Milita ainda a favor do cruzeiro-ouro o fato de seu poder corretivo estar estabelecido legalmente: seu valor é igual ao do dólar americano. A escolha de outro fator ia se constituir em um problema de todos os diabos para os meninos que se exercitam calculando índices. Talvez essa proposta das duas moedas valha um exercício de simulação para descer a fundo em todas as suas implicações. Inclusive seus efeitos redutores na taxa de juros.

A postura da nova direção econômica autoriza bons augúrios. Resta torcer, e vivamente, para que o futuro os confirme.

J. O. Knaack de Souza é economista.